



CEB GERAÇÃO S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	Nota	2015		2014	
ATIVO					
Ativo Circulante		8.904	9.702		
Caixas e Equivalentes de Caixa	6	6.488	7.170		
Caixa		1	1		
Banco Conta Movimento		4	0		
Aplicações no Mercado Aberto		6.483	7.169		
Créditos, Valores e Bens	7	2.416	2.532		
Concessionários e Permissivos	7.1	1.623	1.758		
Devedores Diversos	7.2	776	774		
Serviços em curso		17	0		
Ativo Não Circulante	8	8.407	4.940		
Realizável de Longo Prazo					
Despesas Pagas Antecipadamente					
Pagamentos Antecipados	8.1	3.803	0		
Imobilizado	8.2	4.374	4.939		
Intangível	8.3	230	1		
Total do ativo		17.311	14.642		
PASSIVO					
Passivo Circulante		3.709	2.361		
Fornecedores	9	869	1.001		
Tributos e Contribuições Sociais	10	44	68		
Tributos e Contribuições Sociais	11	126	152		
Benefício pós-emprego	12	6	4		
Taxas Regulamentares	13	849	800		
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	154	82		
Outras Contas a Pagar	15	1	13		
Partes Relacionadas	16	228	241		
Dividendos a pagar	17	1.432	0		
Patrimônio Líquido	18	13.602	12.281		
Capital Social		7.575	7.575		
Capital Subscrito		7.575	7.575		
Reservas de Lucros		2.298	2.298		
Reserva Legal		1.515	1.515		
Reserva de Retenção de Lucros		783	783		
Dividendo Adicional Proposto		3.729	2.408		
Total do passivo		17.311	14.642		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2015		2014	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Entradas:				
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica		15.375		18.874
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira		885		1.134
Total de Entradas		16.260		20.008
Saídas:				
Operações com Energia Elétrica		(852)		(781)
Fornecedores de Materiais e Serviços		(2.809)		(4.238)
Salários, Remuneração e Encargos		(2.369)		(2.801)
Recursos Hídricos		(671)		(645)
Doações, Contribuições e Subvenções		(25)		(23)
Pagamento de Impostos		(1.953)		(2.398)
Encargos setoriais		(281)		(314)
Outros		(25)		(98)
Compra de Energia de Curto Prazo		(3.251)		(270)
Total de Saídas		(12.236)		(11.568)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		4.024		8.440
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Entradas/Saídas:				
Aquisição de Imobilizado		-		(84)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		-		(84)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2015	2014
Saídas			
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio e Dividendos		(4.706)	(10.626)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		(4.706)	(10.626)
Variação Líquida de Caixas e Equivalentes		(682)	(2.270)
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		6.488	7.170
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		7.170	9.440
DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA		(682)	(2.270)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A, Companhia cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei 6.404/76.

A necessidade da criação da CEB Geração decorreu do novo modelo institucional do Setor Elétrico Brasileiro, baseado na desverticalização das atividades em sociedades específicas, conforme disposto no Contrato de Concessão nº 65/99 - ANEEL, celebrado em 26 de agosto de 1999, que determinou a constituição de outras empresas para o exercício de atividades que não fossem objeto da concessão de que é titular a CEB (única acionista da CEB Geração) - a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal.

Dessa forma, a CEB submeteu à ANEEL, em agosto de 2005, proposta objetivando segregar as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, observando o disposto no art. 4º, § 5º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com a nova redação dada pelo art. 8º, da Lei nº 10.848/04.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL nº 318, de 14.09.2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

2 - DAS CONCESSÕES

A transferência das concessões constitui ato vinculado, simultaneamente autorizado na Resolução Autorizativa ANEEL nº 318, de 14.09.2005, devendo a assinatura dos Aditivos aos Contratos de Concessão ser feita após a convocação formal pelo Ministério de Minas e Energia. A UHE Paramó é alcançada pela Lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A concessão da UHE pode ser prorrogada, a critério do Poder Concedente, uma única vez, por prazo de até 30 (trinta) anos, desde que aceitas - pelo Concessionário - as condições estabelecidas nessa Lei.

Um dos objetivos da lei foi a modificação tarifária. As principais alterações que visaram tal modificação foram: Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio de R\$ 32,81/ MW/h; Redução dos custos de transmissão; Redução dos encargos setoriais; Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

Dentro das condições estabelecidas para a UHE Paramó estavam a Tarifa de R\$ 101,083,45/MWano e GAG (Gestão dos Ativos de Geração) de R\$ 3.032.503,53. A CEB Geração, em consonância com a deliberação do seu controlador, concluiu pela não aceitação da antecipação da prorrogação da concessão naquelas condições.

A Usina Hidrelétrica do Paramó - UHPA é uma concessão de geração de energia elétrica da CEB Geração regulada pelo Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL, tendo os termos finais estabelecidos nos respectivos atos de outorga ou de prorrogação, com data final estabelecida para 29/10/2019. A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) deveu-se a vários fatores - projeto da década de 50, foi o custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, ausência de modernização, questões ambientais e não foi mais despachada pelo ONS desde 2009, sendo at retirada do quadro de Usinas disponíveis à Operação do Sistema Nacional. A Usina não gerava mais receita e está agora passando por processo de avaliação com o objetivo de desmobilização.

Usinas	Potência instalada	Localização
Usina Hidrelétrica do Paramó	30 MW	Rio Paramó - DF
Usina Termelétrica de Brasília	10 MW	Área de Serviços Públicos - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de Reais

	Nota	2015		2014	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.1	14.491	17.713		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	19.2				
Energia de Curto Prazo		(3.250)	(270)		
(-) Repactuação do Risco Hidrológico		3.803	0		
Ajuste de Inadimplência - Mercado de Curto prazo		(88)	0		
Custo de Uso da Rede Elétrica		(864)	(782)		
Recursos Hídricos		(588)	(748)		
Taxa de Fiscalização		(71)	(60)		
Contribuições de Agente		(16)	(32)		
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(1.074)	(1.892)		
DESPESAS OPERACIONAIS	19.3	13.417	15.821		
Serviços de Terceiros		(2.928)	(4.362)		
Depreciação		(336)	(357)		
Pessoal e Encargos Sociais		(2.596)	(2.782)		
Conselho Fiscal - Honorários e Encargos Sociais		(41)	(78)		
Material		(26)	(48)		
Tributárias		(43)	(56)		
Outros		(97)	(324)		
(-) Recuperação de Despesas		30	46		
Provisão de Contingência		(1)	0		
(-) Reversão Provisão de Contingência		3	0		
RESULTADO DO SERVIÇO		(6.035)	(7.961)		
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	19.4	7.382	7.860		
Receitas Financeiras		896	1.140		
Despesas Financeiras		(67)	(43)		
RESULTADO FINANCEIRO		829	1.097		
RESULTADO DO SERVIÇO, ANTES DA	19.5				
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		8.211	8.957		
Contribuição Social		(246)	(304)		
Imposto de Renda		(507)	(635)		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		7.458	8.018		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,98	1,06		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de Reais

	2015		2014	
Geração de Riqueza				
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)		15.331		18.727
Suprimento de energia		15.014		13.953
CCEAR		12.989		12.568
MCSD		2.025		1.385
Energia de Curto Prazo		317		4.774
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)		(3.422)		(5.740)
= Valor Adicionado Bruto		11.909		12.987
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)		(336)		(357)
= Valor Adicionado Líquido		11.573		12.630
+ Valor Adicionado Transferido (receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)		896		1.140
= Valor Adicionado a Distribuir		12.469		13.770
Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas				
Empregados (Empregados e Administradores)		2.638		2.860
Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)		43		56
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)		67		43
Acionistas (Lucro Líquido)		7.458		8.018
= Valor Adicionado Distribuído (Total)		10.206		10.977
Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Setoriais				
Tributos/Taxas/Contribuições		1.313		1.623
PIS/PASEP		100		122
COFINS		460		562
IRPJ do exercício		507		635
CSLL a pagar do exercício		246		304
Encargos Setoriais		950		1.170
RGR		130		153
Contribuições de Agentes - CCEE/O N S		16		32
CFURH		588		748
TFSEE		71		60
P&D		145		177
= Valor Distribuído (Total)		12.469		13.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de Reais

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízo) Acumulados	Dividendo a disposição da AGO	Total
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Retenção de Lucros				
SALDO EM 31.12.2013	7.575	1.794	783	0	3.789	13.941	
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(3.789)	(3.789)	
Lucro do exercício	-	-	-	8.018	-	8.018	
Reserva Legal	-	(279)	-	279	-	-	
Dividendos a distribuir	-	-	-	(8.297)	2.408	(5.889)	
SALDO EM 31.12.2014	7.575	1.515	783	0	2.408	12.281	
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(2.408)	(2.408)	
Lucro do exercício	-	-	-	7.458	-	7.458	
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	
Dividendos a distribuir	-	-	-	(7.458)	3.729	(3.729)	
SALDO EM 31.12.2015	7.575	1.515	783	-	3.729	13.602	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CEB GERAÇÃO S/A

3 - CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

Processo nº 2008.01.11.15748-8 (Proc. CEB: 311.000012/2014) 8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, a ação objetivando a decretação de passagem forçada pela autora Sandra dos Santos Jacintho Motta Paes pela estrada da CEB Geração até acessar seu imóvel. Citada a CEBG contestou. Em sentença os pedidos foram julgados parcialmente procedentes e decretada o pagamento de indenização mensal à CEB G. A autora e CEB apresentaram apelação, sendo daquela provida em parte e da CEB improvida. CEB apresentou recursos especial e extraordinário, que tiveram seus processamentos indeferidos. A sentença transitou em julgado e foi iniciada a fase de execução. Em junho/2015 a CEB peticionou requerendo a intimação da autora para promover os depósitos mensais. Em julho/2015 o juiz chamou o feito à ordem e determinou a autora o pagamento das parcelas já vencidas. Desta decisão, a autora opôs embargos declaratórios, que foram rejeitados e em seguida agravo de instrumento a decisão, já contramandado pela CEB e pende julgamento. O juiz decidiu aguardar o julgamento do recurso para da continuidade a execução de sentença. Valores, bens ou direitos envolvidos R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Processo nº 0001372-53/2013-5.10.0006 (Proc. CEB: 093.000.039/2013) 6ª Vara Trabalhista de Brasília a Reclamação trabalhista proposta por Luciano Campitelli Conti contra a CEB Geração S.A., sobre pagamento de adicional mensal de "condutor autorizado especial", Plus salarial no importe de 40% do salário do Reclamante, em face do acúmulo de funções e adicional de periculosidade no importe de 30%, tudo com reflexos em férias, terço constitucional, 13º salários, FGTS e verbas rescisórias, além de férias do período de 2011/2013 acrescido 60%, férias proporcionais de julho de 2012/janeiro de 2013, férias de sobre de 2009 a 2013, 60% de adicional de férias. A CEB apresentou defesa alegando que o reclamante por ter sido ocupante de emprego em comissão, realizada pericia que concluiu que o reclamante adentrava em área de risco habitualmente em condições de periculosidade. Foi declarada incompetência da justiça trabalhista para julgar devido a natureza do cargo. Em março/2015 o recurso ordinário interposto foi julgado procedente e determina a remessa dos autos a vara de origem. Designado julgamento para o dia 18/12/2015 e adiado para 29/02/2016. Valores, bens ou direitos envolvidos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

		RS Mil	
		31/12/2015	31/12/2014
CONTINGENCIAS JURIDICAS	TRABALHISTA	30	0
POSSÍVEL	CIVIL	12	44

O terreno onde está localizada a UHE Paraná é de propriedade da TERRACAP, e sofre ações judiciais de espólio de "Sebastião de Souza e Silva e Outros" que contestam a propriedade da área. Esforços de regularização da situação dominial do mesmo são realizados pela CEB Geração, desde a sua criação.

Em 26/11/2010 o juiz de direito que analisou o processo 2002.01.085001-7 determinou a exclusão da ação do "CARTÓRIO DO 1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA COMARCA DE PLANALTIMA ESTADO DE GOIÁS" do pólo passivo da lide, por faltar-lhe personalidade jurídica para residir em juízo e, no mérito, julgou improcedente os pedidos formulados com a inicial. Com fundamento no art. 269, I do CPC, declarou resolvido o processo e determinou que as custas do processo fossem pagas pelo autor.

Em 15/04/2011 foi julgado o recurso pela 2ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, tendo sido decretada a nulidade do processo que foi extinto sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC. A decisão foi unânime, fundamentada no sentido de que "em se tratando de pedido de anulação de compra e venda de imóvel rural, devem constar no pólo passivo da demanda todos os participantes do negócio jurídico, vendedores inclusive, eis que, nos termos do art. 47 do CPC, deve ser decidida a lide de modo uniforme para todas as partes envolvidas." Contra a decisão, houve Recurso Especial da TERRACAP, acompanhado de Recurso Especial Adesivo do autor, que permanecem no aguardo de julgamento.

Em 17/08/2015, Proc. CEB: 093.000.093/2015, 16ª Vara Federal, partes do processo: CEB Geração S/A e outros. Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada contra a ANEEL para determinar a ANEEL seja obrigada a determinar a CCEE que se abstenha de proceder ao ajuste do MRE até o trânsito em julgado, tendo sido acolhido o pedido da CEB e concedida a liminar na forma pleiteada. Após ajuizamento da ação (julho/2015) foi editada a Medida provisória 688 pela Presidência da República, que inclusive já foi convertida em lei nº 13.203/2015, de 8/12/2015 dispõe sobre novas regras de repactuação do risco hidrológico de geração de energia. Além disso, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, estabelecendo critérios para anulação e demais condições para repactuação.

4 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (RS), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em razão de ser subsidiária integral de companhia aberta.

A Companhia optou por aplicar a isenção com relação ao ICPJ -01 - avaliação do valor justo dos ativos de geração. Essa interpretação incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27 (IAS 16), seja estabelecido um valor justo daqueles bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Entretanto, a Companhia fez uma avaliação a valor justo dos seus ativos de geração mais antigos, quais sejam: a Usina Hidrelétrica do Paraná-1 - UHPA e Usina Termelétrica de Brasília, que entraram em operação no ano de 1962, e que se encontram, em média, com 80% desses ativos já depreciados, e concluiu que esse valor justo é o valor contábil, não sendo necessária nova avaliação desses bens do ativo.

A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 11 de Fevereiro de 2016, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da empresa.

Os Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia. Consequentemente, a empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

5 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas Contábeis Gerais
Instrumentos Financeiros
 Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros, não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos, ajustado ao valor provável de realização quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata temporis.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissórias e títulos a receber.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é fornecedores.

Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão
 Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento da Companhia é de que esta interpretação não se aplica a esta concessão.

Concessionárias e Permissórias
 Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável.

Imobilizado
 Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear.

Intangível
 Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a.

Redução ao valor recuperável de ativos
 A empresa avalia o poder de recuperabilidade da usina Hidrelétrica do Paraná, ativo de titularidade da CEB Geração conforme estabelecido no CPC -01 elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados que são então descontados a uma dada taxa que reflete o custo de capital do empreendedor. Nos resultados obtidos, é possível destacar que a UHE Paraná não gera fluxo de caixa suficiente para remunerar-lhe adequadamente considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a UHE reflete o seu valor justo e os ativos não está registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado.

Passivo Circulante e Não Circulante
 São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados
 Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACEB são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Auração do Resultado
 O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todas as concessionárias e permissórias é efetuado mensalmente de acordo com a disponibilização dos valores pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Estimativas Contábeis
 A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências.

Receitas e despesas
 Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício.

Licença por ação
 É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

Demonstração do valor adicionado (DVA)
 Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

b) Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de Contas
 A Companhia adota o plano de contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e alterações posteriores.

Ativos e Passivos Regulatórios
 A Companhia não possui Ativos ou Passivos Regulatórios.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
 A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos.

Imobilizado
 i. Ativo Imobilizado em Serviço - AIS
 • Bens e Instalações em função do serviço concedido
 Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissória em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

• Depreciação
 A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, DE 11 de agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissórias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 8).

Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado.

ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC
 Bens e instalações em formação ou construção
 • Rateio de Administração Geral (RAG)
 É a transferência para os Ordens em Curso da parcela registrada na Administração Central que indiretamente trabalhou para o investimento. O valor é calculado em até 10% da apropriação de Pessoal e de Serviço de Terceiros nos Ordens em Curso.

• Encargos Financeiros
 Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014 e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Encargos Regulamentares
 a) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Programa de Eficiência Energética - PEE e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.
 As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para reinvestimentos nesses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSSE.
 Calculadas pela ANEEL, incidente sobre a geração de energia, considerando o valor econômico agregado pela concessionária.

Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
 Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, definidos pela CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa, quando essas informações não estão disponíveis.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas Demonstrações financeiras, se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalentes no mercado em operações similares na data e estão compostos como se segue:

	RS Mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	1	1
Banco Conta Movimento	4	0
Aplicações		
BRB - CDB	5.954	6.151
Bradesco - CDB	529	1.018
	6.483	7.169
	6.488	7.170

7 - CRÉDITOS, VALORES E BENS

7.1 - Concessionários e Permissórias
 O saldo das contas a receber de Concessionárias, no valor de R\$ 1.623 mil, da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é decorrente da energia vendida no último mês do trimestre e da última parcela da energia vendida no mês anterior.

	RS Mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e Permissórias	1.623	1.758

7.2 - Devedores Diversos

O saldo da conta devedores diversos R\$ 776 mil refere-se em sua maioria, recursos a receber da Terracap, proveniente do convenio 007/2014 que tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre os partícipes, visando à alocação de recursos pela Terracap à CEB Geração para implantação da Usina Solar Fotovoltaica - USF no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

	RS Mil	
	31/12/2015	31/12/2014
TERRACAP		
Tributos e Contribuição a compensar	735	735
	41	39
TOTAL	776	774



CEB GERAÇÃO S/A

8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 Despesas Pagas Antecipadamente

Trata-se a crédito junto a CCEE referente à repactuação de risco Hidrológico, conforme mencionado na nota 25.

8.2 Imobilizado em Serviço e Imobilizado em Curso

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015

Composição do Imobilizado - RS Mil

Descrição	Tx Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/15	Depreciação Acumulada em 31/12/15	Imobilizado Líquido em 31/12/15	Imobilizado Líquido em 31/12/14
Terrenos	-	18	-	18	18
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	2.795	(1.285)	1.510	1.566
Edificações, Obras Civis e Beneficiárias	3,33%	5.179	(4.743)	436	558
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	7.884	(6.496)	1.388	1.498
Veículos	14,29%	83	(76)	7	13
Móveis e Utensílios	6,25%	154	(59)	95	104
Sistema de Transmissão de Conexão					
Máquinas e Equipamentos	2,86% a 6,67%	897	(396)	501	529
IMOBILIZADO EM CURSO					
Serviço de Terceiros		419	-	419	653
Material em Depósito		-	-	-	-
Total do Imobilizado		17.429	(13.855)	4.374	4.939

Movimentação do Imobilizado - RS Mil

Descrição	Tx Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/14	Transferência em 31/12/15	Depreciação em 31/12/15	Imobilizado Líquido em 31/12/15
Terrenos	-	18	-	-	18
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	1.566	(56)	1.510	1.510
Edificações, Obras Civis e Beneficiárias	3,33%	558	(122)	436	436
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	1.498	(110)	1.388	1.388
Veículos	14,29%	13	(6)	7	7
Móveis e Utensílios	6,25%	104	-	(9)	95
Sistema de Transmissão de Conexão					
Máquinas e Equipamentos	2,86% a 6,67%	529	(28)	501	501
IMOBILIZADO EM CURSO					
Serviço de Terceiros		653	(234)	-	419
Material em Depósito		-	-	-	-
Total do Imobilizado		4.939	(234)	(331)	4.374

O total do imobilizado, RS 4.374 mil (líquido da depreciação acumulada) são decorrentes, em sua maioria da transferência de ativos da Companhia Energética de Brasília - CEB no processo de desverticalização ocorrido em 12 de janeiro de 2006. O valor do saldo do Imobilizado em Curso - RS 419 mil, até o mês de dezembro de 2015 referem-se a serviços de terceiros com projetos de modernização da Usina Hidrelétrica.

8.3 Intangível

Composição do Intangível - RS Mil

Descrição	Tx Amortização	Custo de Aquisição em 31/12/15	Amortização Acumulada em 31/12/15	Intangível Líquido em 31/12/15	Intangível Líquido em 31/12/2014
Softwares	20%	250	(20)	230	1

Movimentação do Intangível - RS Mil

Descrição	Tx Amortização	Intangível Líquido em 31/12/2014	Aquisições em 31/12/2015	Amortização em 31/12/2015	Intangível Líquido em 31/12/2015
Softwares	20%	1	234	(5)	230

9- FORNECEDORES

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	869	1.901

A conta de fornecedores engloba os valores de materiais e serviços para pagamento em, no máximo, 30 dias.

10 - FOLHA DE PAGAMENTO

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Encargos	44	68
	44	68

Representam os valores provisionados de salários, tributos e encargos sociais sobre folha de pagamento.

11 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
COFINS	39	43
PIS	8	9
INSS	17	12
IR/CSLL	57	76
ISS	5	7
Outras (FGTS/INSS)	0	5
Total	126	152

Estão representados, principalmente pelas contribuições sociais para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

12 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Benefício Pós-emprego	6	4

Trata-se do valor da contribuição da parcela do empregador à entidade de previdência privada em benefício dos seus diretores.

13 - TAXAS REGULAMENTARES

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Recursos Hídricos	78	158
Quota para a Res. Global de Reversão	13	9
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	754	633
Taxa de Fiscalização ANEEL	4	0
Total	849	800

Referem-se aos valores devidos Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos, à Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR fixada pelo Despacho nº 3.370, de 02 de outubro de 2015, da ANEEL, valores retidos e não utilizados nos programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, que são remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, até a sua efetiva aplicação nos projetos, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada pelo Despacho nº 2.099 de 26/06/2015, da ANEEL.

14 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Representam os valores devidos do IRPJ e da CSLL relativos ao 4º trimestre.

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	95	21
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	59	61
Total	154	82

15 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações Estimadas	0	10
Outras Obrigações (Provisão de Contingência)	1	3
Total	1	13

Referem-se a Obrigações Estimadas referente à provisão de gratificações e outras obrigações referentes a provisões passivas.

16 - PARTES RELACIONADAS

Valores devidos à CEB Distribuição S/A, decorrentes do uso da rede elétrica e de pessoal requisitado no mês de dezembro.

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Custo de Uso da Rede Elétrica - CUSD	79	67
Pessoal Requisitado	149	174
Total	228	241

17 - DIVIDENDOS A PAGAR

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Dividendos Propostos	1.432	0

18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
Em 24 de maio de 2007, por conta de decisão emanada por Resolução da 8ª Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 22 de maio de 2007, o Capital Social subscrito da Companhia foi reduzido em RS 2.750 mil, passando de RS 10.325 mil para RS 7.575 mil, que está dividido em 7.575.212 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Espécie/Classe das ações	Quantidade	%
Ordinárias Nominativas	7.575.212	100

DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Lucro	7.458	
Dividendos Propostos	3.729	
Dividendos Adicionais Propostos	3.729	
Dividendos Intercalares (-)	2.297	
Dividendos Líquidos	1.432	

Reserva Legal
A constituição da Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art. 193 da Lei 6.404/76

Dividendos Intercalares

Em 09 de julho de 2015 segundo o disposto no Estatuto Social da Companhia arts. 6º, 7º, 8º, e 18º e 50ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração atendendo a solicitação do seu acionista único, antecipou o pagamento de dividendos relativos ao saldo contábil apresentado no 1º semestre do exercício de 2015 no valor de RS 2.297 mil.

19 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

19.1 - Receita Operacional Líquida

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas de energia e serviços	15.331	18.727
Suprimento de Energia - CCEAR	12.989	12.568
Suprimento de Energia - MCS D	2.025	1.385
Energia de Curto Prazo	317	4.774
(-) Contribuições sociais sobre faturamento	(560)	(684)
(-) Encargos Setoriais	(275)	(330)
(-) Deduções da receita	(5)	(0)
Total	14.491	17.713

19.1.1 Contratos CCEAR

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Contratos CCEAR	12.989	12.568

Engloba a comercialização de energia elétrica no período, verificada a partir dos contratos firmados no âmbito de Ambiente Regulado - CCEAR. Tais contratos são reajustados anualmente, pelo IPCA, na data de reajuste das distribuidoras.

19.1.2 Energia Elétrica de Curto Prazo

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Energia Elétrica de Curto Prazo	317	4.774

A CEB GERAÇÃO líquida parte de sua energia gerada no mercado de Curto Prazo, ou mercado SPOT. Participa ainda do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE que visa mitigar os riscos de geração inerentes ao setor, onde o sistema cede energia à empresa participante, em momentos de queda na geração própria, assim como recebe em momentos de geração excedente. No ano de 2015 ocorreu considerável diminuição nos níveis pluviométricos em vários submercados e em especial no sudeste, o que, entre outros fatores, levou a que o Operador Nacional do Sistema - ONS determinasse o despacho de térmicas, visando poupar os reservatórios das hidrelétricas. A queda no despacho das hidrelétricas com consequente queda no nível de geração hidrelétrica resultou em uma produção de energia aquém do montante comprometido em seus contratos de venda de energia. Tal fato forçou estas geradoras a adquirir o montante faltante no mercado de curto prazo para honrar os seus compromissos. Os montantes dos déficits de energia hidrelétrica foram consideráveis, mas o que agravou a situação foram os elevados preços do mercado de curto prazo.

19.1.3 Impostos e contribuições sobre a receita

A Companhia optou pelo regime de tributação pelo Lucro Presumido e, por força da legislação vigente, recolheu as contribuições para o PIS e a COFINS com base no regime da Cumulatividade.

No período foram apropriados:

RS Mil	PIS		COFINS	
	2015	2014	2015	2014
Faturamento	100	122	460	562

19.1.4 Encargos Setoriais

Referem-se aos encargos do consumidor a recolher, fixados anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativamente à Quota da Reserva Global de Reversão - RGR e ao recurso destinado à Pesquisa e Desenvolvimento - P & D que foram registrados como deduções das vendas, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

19.2. Custo com Energia Elétrica

RS Mil	31/12/2015	31/12/2014
Energia de Curto Prazo	3.250	270
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	(3.803)	0
Ajuste de Inadimplência- Curto Prazo	88	0
Custo de Uso da Rede Elétrica	864	782
Recursos Hídricos	588	748
Taxa de Fiscalização	71	60
Contribuições de Agente	16	32
Total	1.074	1.892

19.2.1. Energia de Curto Prazo

Como discutido no item Receitas Operacionais - a Energia de Curto Prazo impactou positivamente nas receitas operacionais da empresa, sendo que esse reflexo também foi sentido nos custos com energia elétrica totalizando RS 3.250 mil.

19.2.2 Repactuação do Risco Hidrológico

Trata-se a crédito junto a CCEE referente à repactuação de risco Hidrológico, conforme mencionado na nota 25.

19.2.3. Custo de Uso da Rede Elétrica

Por ser assegurado à CEB Geração o acesso de suas instalações ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO na condição de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica (Contrato de Concessão nº 65/99), de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95, a Companhia firmou contrato com a CEB Distribuição para o uso da sua rede elétrica. Com isso, em 31 de dezembro de 2015, incorreu numa despesa com o CUSD na ordem de RS 864 mil.



CEB GERAÇÃO S/A

19.2.4. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH
 Refere-se ao custo com vistas a efetuar a compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região, cujo montante do período foi da ordem de R\$ 588 mil.

19.2.5. Taxa de Fiscalização da ANEEL
 Trata-se do encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissionários e autorizados do serviço de energia elétrica e que se constitui uma das receitas daquela Agência, cujo montante fixado para o período foi de R\$ 71 mil.

19.3. Despesas Operacionais

	RS Mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Serviços de Terceiros	2.928	4.362
Depreciação	336	357
Pessoal e Encargos Sociais	2.596	2.782
Conselho Fiscal e Encargos	41	78
Material	26	48
Tributárias	43	56
Outros	97	324
(-) Recuperação de Despesas	(30)	(46)
Provisão de Contingência	1	0
(-) Reversão de Contingência	(3)	0
Total	6.035	7.961

19.3.1. Serviços de Terceiros

Os contratos de manutenção e operação das instalações da usina R\$ 1.788 mil e Vigilância R\$ 512 mil compõem os maiores valores de serviços de terceiros.

19.3.2. Pessoal e Encargos Sociais

Representam, em sua maioria, os custos com pessoal cedido da CEB Distribuição R\$ 1.762 mil e administradores R\$ 834 mil totalizando R\$ 2.596 mil.

19.4. Receitas (Despesas) Financeiras

	RS Mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	896	1.140
Despesas	(67)	(43)
Total	829	1.097

As receitas auferidas pela Companhia são decorrentes das aplicações realizadas. As despesas por sua vez, são decorrentes da atualização monetária de impostos, despesas bancárias e tributos incidentes sobre operações.

19.5. Provisões sobre o Resultado do Exercício

Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido e, por esse motivo, durante o 4º trimestre de 2015 recolheu R\$ 246 mil a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e R\$ 507 mil a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme demonstração de cálculo:

Descrição	RS Mil			
	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de Suprimento	15.331	15.331	18.727	18.727
Outras Receitas	896	896	1.140	1.140
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de Cálculo	2.123	2.736	2.638	3.387
Alíquota Aplicável	15%	9%	15%	9%
	319	246	395	304
Adicional 10%	188		240	
TOTAL	507	246	635	304

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 38, 39, 40, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Créditos, Valores e Bens - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

21. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Conciliação do Lucro do período com o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

	RS Mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado do exercício/período	7.458	8.018
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)		
Depreciação e amortização	336	357
Outros	1	-252
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução Contas a Receber	116	-613
(Aumento) Redução Realizável de Longo Prazo	-3.803	0
Aumento (Redução) em fornecedores e outras contas	-130	970
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	46	-40
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	4.024	8.440

22. RISCO QUANTO À ESCASSEZ DE ENERGIA

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduziu o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, assim como na elevação dos valores de Encargos de Sistema, em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, apesar das diversas especulações do setor, o governo mantém a afirmativa de que considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, não será necessário decretar racionamento.

23. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2015, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- Continuidade do Programa de Visitas Monitoradas às Instalações da Usina Hidrelétrica do Paranó. A CEB Geração recebe visitantes durante todo ano. Os principais públicos são as escolas públicas, as Universidades e as escolas privadas, além de órgãos públicos como a ANEEL e Eletrobrás.
- Mantido o programa de coleta seletiva do lixo gerados internamente na CEB Geração, com a permanente conscientização dos empregados e colaboradores da empresa.
- Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranó em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a umidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem.

- Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisiva.

A Companhia realizou ainda um estudo para avaliar a qualidade ambiental atual da área onde está instalada a Usina Hidrelétrica do Paranó e sua inserção na Bacia Hidrográfica do Paranó, para atendimento à solicitação do órgão ambiental do Distrito Federal - IBRAM, como condicionante para emissão de sua Licença Operacional.

24. SEGUROS DA COMPANHIA

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém verificou-se que a Usina Hidrelétrica do Paranó (UHPA) por se tratar de uma usina antiga, seria mais adequada a contratação de seguro com cobertura apenas para geradores e turbinas. A empresa está estudando a contratação de seguro para os citados equipamentos.

25. REPECTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Nos anos de 2014 e 2015 os geradores hidrelétricos observaram a ocorrência de elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo (MCP) de energia em função do déficit hidrológico. Em determinadas situações, quando a geração de todas as usinas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE for inferior ao somatório do valor a ser gerado, pactuado por cada uma delas, este déficit de geração deve ser distribuído de maneira proporcional para cada gerador.

Nestas situações de déficit de geração sistêmico, as geradoras necessitam comprar energia no MCP para honrar seus contratos de venda.

Diante de continúas e grandes exposições negativas, muitas geradoras obtiveram liminares judiciais que obrigam a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a suspender os efeitos financeiros do déficit hídrico para aqueles agentes. A CEB Geração S/A e outras empresas da mesma forma acionaram a via judicial. Em julho de 2015, obtiveram liminar que determinava a não aplicação do Ajuste do Déficit Hídrico (GDF) e proteção ao rateio da inadimplência a partir da contabilização de junho de 2015. Em outubro, nova decisão da justiça ratificou a não aplicação do GDF e do rateio independente do mês da contabilização.

O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora o que levou a suspensão da liquidação financeira do MCP de setembro/2015.

Neste interm foi publicada a MP 688 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, convertida na Lei nº 13.203/15, de 11 de dezembro de 2015. A lei abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco do negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico. A finalidade é destravar, assim, o MCP a partir de 15/01/2016, quando termina o prazo final de os acordos e a desistência das liminares.

A repactuação para os geradores hidrelétricos é baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco e na retirada das ações judiciais, aceitando também que, durante a vigência do acordo, não voltarão a demandar este assunto na justiça. Este mecanismo (prêmio) não busca gerar nenhum tipo de ganho para o gerador, apenas propõe uma forma de minimizar seu risco perante o déficit de geração.

A ANEEL ofereceu um conjunto de 25 opções distintas de transferência total ou parcial do risco hidrológico ao consumidor, com valores proporcionais de prêmio pelo risco. Além disso, determina que esta transferência do risco ao consumidor se dar de forma retroativa, a partir de janeiro de 2015. Assim, a exposição financeira que o agente pagou no referido ano, que tenha ultrapassado a proteção de risco que seu produto oferece, deverá ser ressarcida.

Para cada produto foram feitas 2000 simulações e foi calculado o Valor Presente Líquido (VPL) da empresa geradora, considerando a possibilidade de repactuação do risco hidrológico, assim como a possibilidade de não se optar pela repactuação. A partir das diversas simulações, e para cada um dos produtos, foi traçada uma distribuição de probabilidades, onde foram comparados os resultados com e sem a adesão à proposta.

As simulações realizadas para CEB Geração S/A apontaram para o Produto SP 100, que transfere 100% do risco ao consumidor. Neste caso, a empresa obteve como ativo um ressarcimento do deslocamento hídrico de 2015 em valor superior ao efetivamente verificado.

Em atendimento ao estabelecido na Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico dos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE, a CEB Geração S/A solicitou à ANEEL anuência para celebração do Termo de Repactuação do Risco Hidrológico. Para CEB Geração S/A a Classe de produto optado para a repactuação foi o SP 100, com montante de energia cujo risco hidrológico será repactuatedo de 97.536,73 MWh.

O valor a ser ressarcido pela ANEEL, pelo risco hidrológico de 2015, será de, aproximadamente, R\$ 3.803 mil para CEB Geração S/A. O ressarcimento dos valores liquidados em 2015 ocorrerá por meio da postergação do pagamento do prêmio durante a vigência do contrato de venda, ou seja, o valor do desembolso efetuado em 2015, como resposta aos débitos nas transações do mercado de curto prazo, será tratado como crédito junto à CCEE.

Brasília, 31 de Dezembro de 2015.

Paulo Afonso Teixeira Machado José Henrique de Oliveira Vilela Renata Rosa Ribeiro
 Diretor-Geral Diretor Contadora
 CRC 021789/O-6 DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB GERAÇÃO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da CEB GERAÇÃO S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CEB GERAÇÃO S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CEB GERAÇÃO S.A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB GERAÇÃO S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Das Concessões

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a UHE Paranó é alcançada pela Lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A concessão da UHE pode ser prorrogada, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, desde que aceitas - pelo Concessionário - as condições estabelecidas nessa Lei. Um dos objetivos da lei foi a modicidade tarifária. As principais alterações que visaram tal modicidade foram: Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio de R\$ 32,81/MWh; Redução dos custos de transmissão; Redução dos encargos setoriais; Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional. A CEB Geração, em consonância com a deliberação do seu controlador, concluiu pela não aceitação da antecipação da prorrogação da concessão naquelas condições. A Usina Hidrelétrica do Paranó - UHPA é uma concessão de geração de energia elétrica da CEB Geração regulada pelo Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL, tendo os termos finais estabelecidos nos respectivos atos de outorga ou de prorrogação, com data final estabelecida para 29/10/2019. A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) ocorreu devido a vários fatores: projeto da década de 50, foi o custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, ausência de modernização, questões ambientais e não foi mais despachada pelo ONS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à Operação do Sistema Nacional. A Usina não gerava mais receita e está agora passando por processo de avaliação com o objetivo de desmobilização. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes de uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Conseqüentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Seguros da companhia

De acordo com a nota explicativa nº 24, a Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém verificou que a Usina Hidrelétrica do Paranó (UHPA) por se tratar de uma usina antiga, seria mais adequada a contratação de seguro com cobertura apenas para geradores e turbinas. A empresa está estudando a contratação de seguro para os citados equipamentos. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.



CEB GERAÇÃO S/A

Repactuação do risco hidrológico

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 8.1 e nº 25, a Lei 13.203/15 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco do negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico. A finalidade é destravar o mercado de curto prazo a partir de 15/01/2016, quando termina o prazo final para os acordos e a desistência das liminares.

A repactuação para os geradores hidrelétricos é baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco e na retirada das ações judiciais, aceitando também que, durante a vigência do acordo, não voltarão a demandar este assunto na justiça. Em atendimento ao estabelecido na Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico dos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE, a CEB Geração S/A solicitou à ANEEL anuência para celebração do Termo de Repactuação do Risco Hidrológico. Para CEB Geração S/A a Classe de produto optado para a repactuação foi o SP 100, com montante de energia cujo risco hidrológico será repactuado de 97.536,73 MWh. O valor a ser ressarcido pela ANEEL, pelo risco hidrológico de 2015, será de, aproximadamente, R\$ 3.803 mil para CEB Geração S/A. O ressarcimento dos valores liquidados em 2015 ocorrerá por meio da postergação do pagamento do prêmio durante a vigência do contrato de venda, ou seja, o valor do desembolso efetuado em 2015, como resposta aos débitos nas transações do mercado de curto prazo, será tratado como crédito junto à CCEE. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo

em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da CEB GERAÇÃO S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de fevereiro de 2016.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S DF

JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S DF
CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico

JUCLÉIA GONÇALVES RODRIGUES
Contadora CRC RS 78349 S DF
CNAI Nº 2487
Auditora

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2015, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram

apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da UHY Moreira, auditores independentes, emitido sem ressalvas em 11.02.2016, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2015.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S/A. Em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 146 da Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 29 de março de 2016.

WOLNEY ARRUDA

JOÃO EMÍDIO DA COSTA E SILVA LUIZ REIS DE MELLO

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Afonso Teixeira Machado José Henrique de Oliveira Vilela
Diretor-Geral Diretor

CONSELHO FISCAL

Wolney Arruda - Presidente Luiz Reis de Mello

João Emídio da Costa e Silva